

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROE

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS

CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

**O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DAS
VULNERABILIDADES DAS MULHERES DO CONJUNTO ESTRELA HORI EM
DOURADOS - MS**

PATRÍCIA LEITE LOUVEIRA

DOURADOS - MS

2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROE

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS

CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

**O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DAS
VULNERABILIDADES DAS MULHERES DO CONJUNTO ESTRELA HORI EM
DOURADOS - MS**

PATRÍCIA LEITE LOUVEIRA

DOURADOS - MS

2015

FICHA DE APROVAÇÃO

PATRÍCIA LEITE LOUVEIRA

Título do Trabalho: O papel das Políticas Públicas no enfrentamento das vulnerabilidades das mulheres do Conjunto Estrela Hori em Dourados – MS

Este trabalho de conclusão de curso – TCC do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi submetido à Banca Examinadora, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, sendo aprovada com conceito: _____.

Dourados - MS, ____ de _____ de _____.

Prof^ª. Dr^ª. Maria José de Jesus Alves Cordeiro – UEMS
Orientador – Presidente da Banca

Prof^ª. Ms. Cíntia Santos Diallo – UEMS
Membro da Banca

Prof^ª. Ms. Rosely Aparecida Pacheco Stefanés – UEMS
Membro da Banca

**O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DAS
VULNERABILIDADES DAS MULHERES DO CONJUNTO ESTRELA HORI EM
DOURADOS - MS**

Patrícia Leite Louveira^{1*}

Maria José de Jesus Alves Cordeiro^{*}

Resumo

Esta pesquisa teve por finalidade revelar quais são as vulnerabilidades nas áreas da saúde, geração de renda e segurança, das mulheres que habitam o conjunto Estrela Hori, localizado na cidade de Dourados – MS. Buscou ainda detectar quais Políticas Públicas chegam até as mesmas, como é o atendimento das políticas no enfrentamento das vulnerabilidades e como contribuem para uma melhor qualidade de vida e, qual o grau de satisfação das mulheres com essas Políticas Públicas. Os dados foram coletados com a aplicação de um questionário semiestruturado nas 96 (noventa e seis) famílias que habitam o conjunto Estrela Hori, das quais 69 (sessenta e nove) responderam, gerando informações sobre o conhecimento que as mulheres possuem sobre as Políticas Públicas de atendimento às mulheres, como ocorre esse atendimento, quais os resultados dessas políticas e como isso se reflete na comunidade em que estas mulheres se encontram. Os resultados obtidos com a pesquisa demonstram que as mulheres dessa comunidade enfrentam dificuldades para buscar empregos, estudar e cuidar dos filhos, dentre as quais 22 (vinte e duas) famílias com pessoas com deficiência. Além disso, enfrentam agravantes como questões de acessibilidade aos serviços públicos que não existem no bairro (posto de saúde, transporte público, segurança, infraestrutura, etc) numa clara demonstração de descaso e ausência do poder público no bairro, ou seja, a negação da condição de cidadão e cidadãs que consta na Constituição Brasileira.

Palavras-Chave: Gênero. Políticas Públicas. Conjunto Estrela Hori.

Introdução

Este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso etnográfico, realizada como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e que durante todo seu processo de desenvolvimento esteve vinculada a um projeto de pesquisa institucional do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Etnia - GEPEGRE/CNPq/UEMS, grupo que tem como objetivo contribuir tanto na academia – a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS –, onde está localizado, quanto na sociedade com debates, discussões, pesquisas, análises e divulgação das temáticas que sociedade com debates, discussões, pesquisas, análises e divulgação das temáticas que compõem suas linhas de pesquisa.

^{1*} Estudante do curso de Pedagogia da UEMS. Unidade Universitária de Dourados; E-mail: patricia_leite.l@hotmail.com.

^{**} Doutora em Educação-Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora-adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, docente no Curso de Pedagogia, no Curso de Mestrado em Educação/UEMS e no Mestrado de Ensino em Saúde/UEMS. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Etnia – GEPEGRE/UEMS/CNPq e do Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia - CEPEGRE/UEMS.

O estudo foi feito com o principal objetivo de realizar um levantamento das principais vulnerabilidades que as mulheres residentes do Conjunto Habitacional Estrela Hori, localizado na região leste de Dourados – MS, enfrentam cotidianamente, ocasionadas pela ausência de políticas públicas de atendimento à saúde, segurança e geração de renda. Dentre outros objetivos buscou-se ainda discutir de que forma essas políticas estão sendo executadas para melhorar a qualidade de vida dessas mulheres, propiciar empregos com melhores remunerações, combater à violência doméstica e urbana, conquistar autonomia, entre outros benefícios. O Conjunto Habitacional Estrela Hori fica localizado na periferia de Dourados e ao ser planejado, foram destinadas 25 (vinte e cinco) casas, do total de 90 (noventa), para pessoas com deficiência, porém atualmente são ocupadas apenas 22 (vinte e duas) casas por deficientes. Para chegar aos resultados, aplicou-se um questionário semiestruturado com uma parte das questões que enfatizavam as Políticas Públicas que estão diretamente ligadas a saúde, educação, segurança e geração de renda, como as políticas que permeiam essas áreas estão sendo aplicadas, quais as dificuldades encontradas pelas mulheres, como é feito este atendimento e, qual o grau de satisfação com a execução destas políticas que são exclusivas para gerar uma melhor qualidade de vida das mulheres.

O questionário aplicado foi elaborado de forma coletiva (três bolsistas de PIBIC/UEMS) e, buscou contemplar, além desta, outras duas pesquisas executadas na mesma comunidade e vinculadas ao mesmo projeto institucional. Do mesmo modo, a coleta foi feita de forma coletiva pelas três pesquisadoras, primeiro com visitas ao Conjunto Habitacional Estrela Hori para conhecimento do bairro e posterior aplicação do instrumento de pesquisa.

O questionário compunha-se de quatro partes: dados de identificação, dados sobre pessoas com deficiência e atendimento pelas políticas públicas, dados sobre as vulnerabilidades das mulheres: saúde, segurança e geração de renda e dados sobre educação, emprego e geração de renda e vulnerabilidades sociais.

Durante a coleta as famílias foram esclarecidas sobre a pesquisa, aceitando responder ou não ao questionário. A primeira parte com doze perguntas trouxe dados necessários para as três pesquisas. Os demais itens, foram analisados especificamente por cada uma das pesquisadoras e na medida em que interessava ao objeto, foram feitos cruzamentos de dados entre as partes II, III e IV do questionário.

Para as análises dos resultados obtidos e construção teórica realizou-se revisão de literatura sobre as variadas temáticas em estudo, tais como: gênero, raça, etnia, políticas públicas, violência doméstica e urbana e outras que permearam a pesquisa. Realizou-se por

parte da orientadora do projeto, reuniões de estudos e orientação individual e em grupo, já que eram três pesquisas envolvidas e sendo feitas no mesmo contexto populacional.

Os resultados obtidos demonstram que as mulheres dessa comunidade enfrentam dificuldades para buscar empregos, estudar e cuidar dos filhos, dentre as quais 22 (vinte e duas) famílias com pessoas com deficiência. Além disso, enfrentam agravantes como questões de acessibilidade aos serviços públicos que não existem no bairro (posto de saúde, transporte público, segurança, infraestrutura, etc), ou seja, as políticas públicas ainda não se efetivaram para essas mulheres.

Desenvolvimento

Os resultados alcançados e as discussões estão alicerçadas na revisão de literatura ligada as temáticas em estudo, principalmente em relação a violência contra as mulheres e também, as conquistas das mulheres nos espaços públicos e privados. Saffiot (2004) em seu livro “Gênero, patriarcado, violência”, aponta uma pesquisa de campo feita pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada no ano de 2001, descrevendo o perfil das brasileiras, como também detectando as atividades exercidas por elas, por meio de entrevistas. Em relação a uma pergunta que foi feita as mulheres – “Como é ser mulher hoje?” Das entrevistadas 39% das brasileiras ressaltaram em sua explicação como itens importantes no que é ser mulher hoje, sua inserção no mercado de trabalho; 33% referiram-se à liberdade de agir de forma como quiserem, e apenas 8% mencionaram a conquista de direitos políticos e a igualdade de direitos em relação aos homens.

Percebe-se, portanto, o quanto o grau de satisfação das mulheres com as condições de trabalho e liberdade pessoal é pouco frente ao que ainda pretendem alcançar. A luta feminista ainda é por melhores condições de vida, no trabalho, na educação, na segurança, na saúde e nos direitos de uma sociedade por igualdade de poder entre homens e mulheres. Desde a Constituição Federal de 1988 os direitos políticos das mulheres ainda são os mesmos. Relacionado aos direitos de igualdade entre homens e mulheres, Saffioti (2004, p. 44) afirma que:

[...] segundo a Carta Magna, assim como de acordo com a legislação infraconstitucional, a igualdade existe. O problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra a qual tem sido sem trégua a luta feminista.

As mulheres conquistaram muitos direitos na sociedade dentre estes, pode ser citado, por exemplo, a Lei n. 9 100/1995 que estabelece um percentual de 20% reservado para

mulheres nas listas partidárias, garantindo assim, *o direito de a mulher estar no meio político, um espaço que hoje ainda é dominado pelo homem. Embora este seja um direito que as mulheres alcançaram na Constituição de 1988, apenas em 2010 foi eleita a primeira mulher, Dilma Roussef, para presidência da República Federativa do Brasil, iniciando seu mandato em 2011. Saffioti (2004, p. 85) ainda nos diz que:*

O espaço público é ainda muito masculino, estando homens mais sujeitos a atropelamentos, passando por acidentes de trânsito e chegando até ao homicídio. As mulheres ainda têm uma vida mais reclusa, estando infinitamente mais exposta à violência doméstica. Diferentemente da violência urbana, a doméstica incide sempre sobre as mesmas vítimas, tornando-se habitual.

Há certos discursos na sociedade machista em que vivemos que pregam que as atividades das mulheres estão diretamente ligadas ao mundo doméstico, mas desde muito tempo, algumas mulheres já vinham rompendo com estes discursos e desempenhavam atividades fora do lar, em fábricas, oficinas e lavouras. Posteriormente, pouco a pouco, foram ocupando escritórios, lojas, escolas e hospitais. Porém, suas atividades eram quase sempre em boa parte e ainda o são hoje, controladas e dirigidas por homens, assim os papéis das mulheres passaram a ser designados apenas como “de apoio”.

É importante analisarmos que as questões de gênero ainda são pouco debatidas na sociedade, por exemplo, nas escolas onde ainda não há um tratamento específico, alguma área ou curso que dê suporte aos professores. Muitos ainda não compreendem a diferença de sexo e gênero, sejam os profissionais da educação, da saúde, do Ministério Público etc. Meyer (2013, p. 17) explica que:

Como construção social do sexo, gênero foi (e continua sendo) usado, então, por algumas estudiosas, como um conceito que se opunha a – ou complementava a – noção de sexo e pretendia referir-se aos comportamentos, atitudes, ou traços de personalidade que a cultura inscrevia sobre o corpo sexuado.

Quando as delegacias especializadas no atendimento à mulher que foram criadas não havia intenção alguma em favorecer às vítimas, mas para isso era necessário que as policiais das Delegacia de Defesa da Mulher – DDMs, conhecessem a área das relações de gênero. Mas isso não seguiu adiante, os órgãos públicos não prosseguiram com os cursos para as policiais. Saffioti (2004) relata que apenas em São Paulo, em 1998, houve um curso sobre violência e gênero.

O movimento feminista na virada do séc. XIX, remete a manifestações contra a discriminação feminina refletindo em grande maioria ao direito do voto às mulheres, mas que também teve como objetivos reivindicações ligadas à oportunidade de estudo, acesso a

determinadas profissões e organização da família e com o alcance dessas metas, que certamente interessavam mais as mulheres brancas de classe média, o movimento feminista teve uma certa acomodação. Portanto, apenas na denominada “Segunda onda” – que se inicia no final da década de 1960 – o feminismo dará origem e problematizará o conceito de gênero. No Brasil o conceito de gênero passou a ser incorporado pelas feministas apenas no final dos anos 80 (LOURO, 2012).

Em relação ao conceito de gênero Saffioti (2004, p. 45), afirma que “Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino”. Isso explica, os variados tipos de conceitos de gêneros que encontramos ao procurarmos ler sobre autores que debatem o conceito de gênero.

Para discutirmos questões de gênero vinculadas a políticas públicas, objeto deste trabalho, é preciso entender melhor a ideia de Políticas Públicas, primeiramente definindo o que estas são. De acordo com Höfling (2001, p. 31):

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

No que relaciona-se às Políticas Públicas para as Mulheres em nível nacional, o site - www.spm.gov.br – Secretaria de Políticas para as Mulheres – apresenta em seu conteúdo as principais Políticas Públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra às Mulheres criada em 2007, apresenta os programas que dão atendimento às mulheres que sofreram ou passaram de alguma forma por uma violência. Tem como finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres. Orienta a formulação e execução das políticas públicas implementadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR. Baseada em instrumentos internacionais de direitos humanos e em normas nacionais, também orienta as políticas para a assistência e garantia de direito às mulheres em situação de violência.

Os programas relacionados a violência contra as mulheres, são: [Programa Mulher: Viver sem Violência](#); [Casa da Mulher Brasileira](#) (a primeira foi criada em Campo Grande - MS); Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher (SPM-PR); Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (SPM-PR, 2013); Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher; [Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra Mulheres](#). [Sobre a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres](#); [Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher](#); Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar; [Promotorias Especializadas e Núcleos de Gênero do Ministério Público](#); [Núcleos/Defensorias Especializados de Atendimento à Mulher](#); Ouvidoria da Mulher (SPM-PR).

Relacionada a saúde da mulher existe a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM, que foi elaborada em 2004, como forma de contar com diretrizes que orientassem as políticas de Saúde da Mulher. Mesmo a Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, não sendo a executora da PNAISM, realiza diversas ações que têm o objetivo de contribuir para a efetiva implementação desta política. Dentre as ações destacam-se: Fortalecimento dos Direitos das mulheres, no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos com a participação em Instâncias consultivas e/ou de controle social; Apoio à atualização da PNAISM, através de encontros com instituições acadêmicas, organizações científicas e de classe, entidades que atuam no campo da saúde da mulher, assim como encontros regionais com os OPMs; Viabilizar aos OPMs o acompanhamento da implementação da PNAISM nos seus estados e municípios, através de um instrumento de acompanhamento e monitoramento das ações da PNAISM; Divulgação dos direitos das mulheres, em conjunto com MS; Fortalecer a Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e da Floresta, acompanhando a situação da saúde das populações do campo, da floresta e das águas, nas questões da saúde da mulher; Apoio na Implementação das ações de humanização do atendimento no campo da Saúde e justiça no Programa Mulher Viver sem Violência.

No que diz respeito a geração de renda, não há algo em específico, mas sim políticas que visam apoiar a mulher para estar à frente de cargos designados como poderosos, ainda mais no âmbito político, ou seja, são programas que monitoram e dão apoio as mulheres, para estarem mais envolvidas com a política e também a frente de cargos políticos.

Em relação ao município de Dourados/MS, está aprovado por meio do Decreto nº 362, no ano de 2013, um Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, o qual possui ações para inserir a mulher no mercado de trabalho, desenvolver um atendimento de saúde as mulheres e formular políticas públicas de enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher. O Plano está em vigor desde 2013, porém ainda resta saber se essas ações chegam até o conjunto habitacional Estrela Hori e, foi nessa perspectiva que essa pesquisa buscou coletar informações que se referem a essas ações, no intuito de desvelar se estas estão mesmo sendo implantadas para melhor atender as mulheres moradoras do Estrela Hori, bem como para todas as mulheres do município.

Por outro lado, com a aplicação do questionário já citado, obtivemos dados referente as vulnerabilidades das mulheres que residem no conjunto habitacional Estrela Hori localizado em Dourados/MS, principalmente as vulnerabilidades nas áreas da saúde, segurança e geração de renda que era o objetivo da pesquisa. As três pesquisas ali realizadas tinham um objetivo comum, ou seja, a coleta de dados para as análises das situações de vulnerabilidades vivenciadas na comunidade. A seguir, será apresentada a análise dos dados obtidos nas questões específicas sobre as mulheres, saúde, segurança e geração de renda .

O questionário aplicado não tinha a intenção em revelar a identidade das pessoas entrevistadas, mas dava as mesmas a liberdade de se identificar ou não. Foram entrevistadas 69 (sessenta e nove) pessoas com idades entre 18 (dezoito) a 95 (noventa e cinco) anos, representando as 69 (sessenta e nove) famílias que optaram em responder o questionário. Os motivos pelos quais não se conseguiu 100 % das famílias foram: pessoas que optaram por não responder ao questionário; casas fechadas abandonadas e em reforma; várias em que nas muitas tentativas de abordagem não encontramos moradores e, outras casas que somente estavam pessoas menores de idade.

Com base nas respostas foi possível detectar que a grande maioria dos respondentes são solteiros. Dos 69 (sessenta e nove), 46 (quarenta e seis) pessoas são do sexo feminino e 23 (vinte e três) do sexo masculino. Destas, 46 (quarenta e seis) mulheres sendo que 23 (vinte e três) delas se autodeclararam pardas, 16 (dezesseis) brancas e sete como pretas. Já entre os homens, 10 (dez) se declararam pardos, nove brancos e quatro como pretos. Em relação a religião destacou-se a católica com 38 (trinta e oito) respostas e 22 (vinte e dois) como evangélicos. É interessante notar que a quantidade de homens católicos e evangélicos é a mesma, sendo 10 (dez) católicos e 10 (dez) evangélicos, já as mulheres, na sua maioria são católicas, num total de 29 (vinte e nove).

As mulheres são as que mais se destacam quando se refere ao grau de escolaridade. Das 46 (quarenta e seis) mulheres entrevistadas, quatro delas tem ensino fundamental completo, 10 (dez) ensino médio completo e uma com o ensino superior completo, importante fator nos dias atuais, já que muitas deixam de estudar para trabalhar, cuidar da casa e dos filhos. Apesar da mulher exercer várias funções tais como, cuidar dos filhos, da casa, trabalhar, ela ainda assim, busca um tempo para se dedicar aos estudos. Para muitas mulheres desfrutar do ambiente escolar ainda é uma barreira, mas que elas estão procurando romper, buscando novos horizontes, caminhos diferentes que suas antecessoras trilharam. A busca por um futuro melhor e a necessidade em crescer financeiramente e possuir conhecimentos básicos e específicos para administrar seus negócios, educar seus filhos, reivindicar seus direitos e desconstruir conceitos que pregam que a mulher deve apenas ser esposa, mãe e dona de casa, é a agenda da mulher na atualidade.

Quando questionadas sobre a renda familiar, 61% das mulheres sobrevivem com apenas um salário mínimo, apesar dos gastos feitos com a alimentação, contas fixas mensais como, energia, água e transporte, filhos, além dos gastos individuais e que muitas vezes estão fora do orçamento. As mulheres que recebem acima de um salário mínimo são 18% e 15% recebem até dois salários mínimos; apenas 2% recebem mais de dois salários mínimos. Quando se refere aos homens há uma diferença no percentual, 48% sobrevivem com um salário mínimo, 31% estão acima de um salário mínimo, 13% recebem até dois salários mínimos e 9% recebem mais de dois salários mínimos.

Foram apontados 33 (trinta e três) homens como responsáveis pela manutenção da casa e 24 (vinte e quatro) como sendo as mulheres. No caso da renda familiar, obteve-se a informação que esta é oriunda de emprego, serviços autônomos e programas do governo. Analisando os dados obtidos, percebe-se que a percentualidade de homens com emprego fixo é de 35% sendo quase a mesma para os homens com serviços autônomos totalizando 31%. As mulheres apresentam um percentual de 44% com empregos fixos e 26% com serviços autônomos. Das famílias entrevistadas, 34% sobrevivem dos programas do governo. Ao todo, juntando o número de responsáveis pelas famílias com empregos fixos e autônomos, são 46 (quarenta e seis) pessoas que tem uma renda que não vem dos programas do governo, totalizando um percentual de 67% das famílias pesquisadas na comunidade.

No quesito tamanho da família, vinte e nove possuem de quatro a sete pessoas e duas famílias se destacam por serem mais numerosas que as outras, uma com 10 (dez) pessoas e outra com 17 (dezesete), as quais fazem parte da maioria que sobrevive com salário mínimo. Além disso, a casa é pequena, não há privacidade e muito menos espaços próprios

para as crianças. Dos 69 (sessenta e nove) questionados, 89% das famílias possuem casa própria e 10% das famílias moram em casas alugadas. É interessante pontuar que este bairro é um local em que 25 (vinte e cinco) casas foram “planejadas” para moradores com algum tipo de deficiência e, as casas não deveriam ser alugadas, porém como podemos observar nos dados, há uma parcela de pessoas que possivelmente moraram nestas casas, mas que atualmente utilizam destas para fins lucrativos.

Em relação ao percentual de famílias que possuem pessoas com algum tipo de deficiência o número é de apenas 32%, visto que 68% das famílias não tem nenhum membro familiar com alguma deficiência. Dentre os deficientes, 50% possuem deficiência física, 32% deficiência mental/intelectual, 5% deficiência auditiva e 13% possui mais de uma deficiência.

Os dados que explicitam os pontos centrais desta pesquisa, serão analisados apenas os dados das 46 (quarenta e seis) mulheres entrevistadas representando suas famílias, visto que são questões que buscam compreender necessariamente apenas as opiniões das mulheres sobre as questões da saúde, da segurança e da geração de renda. Sendo assim, as informações a seguir tratarão sobre o conhecimento que as mulheres têm sobre as políticas públicas voltadas especificamente para elas, se estão satisfeitas com o atendimento destas políticas, como acontece o atendimento e o que precisa ser melhorado.

Quando questionadas sobre quantas mulheres de sua família trabalham fora de seu lar, dentre as 46 (quarenta e seis) mulheres entrevistadas, 22 (vinte e duas) responderam que apenas uma mulher por família trabalha fora de casa, representando um percentual de 48%, ou seja, é menos da metade das mulheres entrevistadas.

Em relação a saúde, 52% das mulheres disseram que é fácil o acesso a hospitais, postos de saúde e outros locais de atendimento à saúde quando necessário, embora não exista nenhum desses atendimentos no bairro Estrela Hori. Já 48% disseram que o acesso não é fácil. Embora não haja muita diferença nas opiniões por parte das mulheres desta comunidade, quando se trata de saúde, as mulheres que afirmaram que o acesso não é tão fácil, comenta que um dos principais fatores é a mobilidade e o acesso ao transporte público coletivo.

Segundo Freitas e colaboradores (2009, p. 6):

A PNAISM reforça a humanização da atenção em saúde, concebendo que humanização e qualidade da atenção são aspectos indissociáveis. Nesse sentido, é imprescindível considerar que humanizar é muito mais do que tratar bem, com delicadeza ou de forma amigável, devendo ser consideradas questões de acessibilidade ao serviço nos três níveis da assistência, provisão de insumos e tecnologias necessárias, formalização de sistemas de referência e contra-referência,

disponibilidade de informações e orientação da clientela e a sua participação na avaliação dos serviços.

Portanto, não se deve haver exclusão no atendimento das Políticas Públicas referentes a saúde da mulher, muito menos por conta de acessibilidade tanto no quesito informação, quanto no atendimento.

Apesar de ser um fator destacado pelas mulheres, todas da comunidade reclamam da acessibilidade, pois as ruas do bairro são uma precariedade, o bairro não tem acesso ao transporte público sendo preciso se deslocar a pé até o ponto mais próximo, que fica no bairro vizinho, para ter acesso ao transporte coletivo que conduz ao centro da cidade, porque não há condições do transporte circular pelas ruas do bairro. Além disso, veículos particulares tem dificuldades para transitar principalmente em dias chuvosos.

Ainda em relação a saúde, as mulheres foram questionadas se estão satisfeitas com os programas e as ações que o governo federal elabora e também o municipal, que visa beneficiar um atendimento exclusivo para as mulheres na área da saúde, dando como exemplo o Comitê de Mobilização do Câncer. Das respondentes, 57% disseram que estão satisfeitas com os programas e 37% não estão satisfeitas. Quando pedimos para que justificassem tais respostas, as mulheres que responderam sim, disseram apenas que estão satisfeitas com os programas e as ações, já as mulheres que disseram que não estão satisfeitas, afirmaram que estes programas são muito demorados, precários, falta médico e que o governo ainda tem muito que melhorar.

Sobre as questões de segurança, as mulheres foram indagadas se possuíam algum conhecimento sobre as Políticas Públicas de defesa da mulher que sofre ou sofreu algum tipo de violência. Dentre estas políticas foram citadas três ações de implementação do governo federal, sendo a Lei Maria da Penha, a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Ligue 180 e as Delegacias de Atendimento à Mulher. Nas respostas das mulheres teve-se um percentual de 89% que alegam conhecimento destas políticas públicas e 11% desconhecendo tais políticas. Embora sejam poucas as que afirmam desconhecer, é curioso notar que ainda há mulheres que desconhecem estes programas que são criados para assegurar sua própria segurança. É difícil aceitar que a Lei Maria da Penha a mais conhecida e que norteia as políticas públicas de combate à violência contra a mulher, conste nesse desconhecimento. Quando houve a aplicação do questionário acabava de ter sido criada a Lei Nº 13.104, de 9 de Março de 2015, conhecida como Lei do Feminicídio, uma lei que visa punir os assassinatos de mulheres que morrem simplesmente pelo fato de ser mulher, ou seja,

violência caracterizada pelo abuso de poder e ideologia de superioridade do gênero masculino sobre o gênero feminino, considerando-o como mero objeto.

De acordo com a Lei Maria da Penha art. 2º:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (Artigo 2º, Lei Maria da Penha nº 11.340/2006) (Brasil, 2006).

O que muito acontece é que as mulheres deixam de denunciar os agressores, ainda mais quando estes são esposos. Muitas mulheres têm vergonha, outras têm medo e ainda, têm as mulheres que registram queixas na delegacia sobre o agressor, mas acaba retirando as queixas, por estarem novamente sendo ameaçadas dentro de casa, por medo de acontecer algo pior a elas. Embora muitas conheçam a Lei, não fazem o total uso da mesma como deveria ser feito, visto que o serviço não depende apenas o cumprimento da Lei, mas também necessita do apoio no trabalho de outras categorias, como por exemplo as delegacias de polícia, para que a Lei ocorra da maneira como está posta no papel.

Foi perguntado ainda para as mulheres, se em algum momento precisaram recorrer a estas políticas que amparam a mulher em caso de violência e, 83% responderam que nunca precisaram de tais serviços, já 17% afirmaram que já recorreram a estas políticas. O número equivalente a este percentual é de oito mulheres e destas, seis justificaram que o caso foi solucionado e duas disseram que não houve uma solução, devido aos seguintes motivos: primeiro, quando recorrido ao Ligue 180 a ligação não teve sucesso, sempre caía o sinal durante as chamadas; segundo, a polícia quando solicitada não prestou o atendimento necessário e sequer visitou o local onde ocorreu a violência. Os policiais, portanto, deixaram a desejar sobre seu trabalho.

Referente a empregos, foi perguntado as mulheres se nos dias atuais é fácil conseguir empregos com uma boa remuneração, direitos trabalhistas, plano de saúde, vale transporte, entre outros. Das questionadas, 67% disseram que está fácil sim de conseguir empregos e ainda justificaram com um discurso de que *“a mulher só não trabalha porque não quer, basta apenas procurar que emprego tem”*. As demais, 28% , responderam que não é nada fácil, pois há muitas exigências no mercado de trabalho, como estudos, cursos profissionalizantes, experiências. Além do mais, as mulheres que têm filhos/as também encontram maiores dificuldades.

O que pode-se analisar é que apesar das mulheres terem conquistados os espaços públicos e se inserirem no mercado de trabalho, ainda assim, ela está relacionada a ideia de

que deve desempenhar atividades domésticas, pois a sociedade ainda caracteriza como este ser o papel fundamental das mulheres e os homens caracterizam-se por mantenedor das despesas da casa. Perrot (1998, p. 9-10) ressalta que:

a mulher foi criada para a família e as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira. [...] Os homens são, na verdade, os senhores do privado e, em especial, da família, instância fundamental, cristal da sociedade civil, que eles governam e representam dispostos a delegar às mulheres a gestão do cotidiano.

Portanto, é um processo que caminha a passos lentos e que cabe, não somente a mulher, mas também ao homem desconstruir esta realidade, dando a oportunidade da mulher estar mais inserida no mercado de trabalho e o homem passar a desenvolver papéis que são vistos apenas como femininos, como por exemplo, os afazeres domésticos.

E para finalizar as mulheres foram questionadas sobre quais ações que o poder público, tanto o municipal e estadual quanto o federal, deve executar para garantir às mulheres seus direitos e qualidade de vida. Muitas referiram-se as questões da saúde e segurança, já outras referiram-se as questões de estudos, investindo em cursos de qualificação profissional. É interessante colocar que uma dessas mulheres se referiu as questões de corrupções, relatando que na prefeitura há muitas ações indevidas e que precisam ser fiscalizadas, para então destinar ações para a sociedade.

É, portanto, possível concluir que as Políticas Públicas exclusivas para as mulheres são escassas nessa comunidade. Embora, como mostrado anteriormente neste trabalho, muitas mulheres se sentem satisfeitas com as Políticas Públicas. Acredita-se que estas não tem um real conhecimento do que estas políticas deveriam proporcionar a elas, tratando -as com o devido respeito e dignidade, não as fazendo esperar por um atendimento na área da saúde que as vezes dura meses, dando-lhe total apoio quando necessário em casos de violência, propiciando formas de acesso a uma educação e qualificação profissional de qualidade para as mulheres que já são mães e, que de certa forma, enfrentam o preconceito e a discriminação por boa parte da nossa sociedade, possuidora de pensamento e atitudes machistas.

Conclusão

Esta pesquisa tratou especificamente das Políticas Públicas que as mulheres do bairro Estrela Hori em Dourados – MS têm acesso em termos de saúde, segurança e geração de renda e trouxe dados relevantes que permitiu analisar a situação das mesmas incluindo quantas mantêm financeiramente a família, incluindo idosas. Além disso, foi possível verificar

de que modo estas conhecem e usufruem das Políticas Públicas que existem ou chegam até elas, bem como, quais as melhorias reivindicadas por elas.

Com base na revisão de literatura pode-se aprofundar alguns conhecimentos sobre a violência contra a mulher, os quais incluem questões étnico-raciais, sexuais, questões de gênero e um levantamento das principais políticas públicas para as mulheres nas áreas da saúde, segurança e geração de renda.

Com as informações recebidas por meio do questionário constatou-se que muitas das mulheres entrevistadas tinham uma reclamação que é geral na comunidade, relacionada a infraestrutura - as ruas do bairro sem asfalto, sequer um nivelamento, o transporte coletivo da cidade não circula no bairro. Não há esgoto nem calçadas e, várias das casas “planejadas” para deficientes possui degraus na porta principal. Assim, pode-se concluir que as políticas públicas mesmo com suas precariedades, chegam até as mulheres (e para o resto da) deste bairro. Porém, ainda muito tem de ser melhorado no acesso destas políticas, não somente em nível nacional, mas também internacional, visto que é uma luta universal pelos direitos humanos.

THE ROLE OF PUBLIC POLICIES ON THE FACING OF THE VULNERABILITIES OF THE WOMEN THE ESTRELA HORI AGGREGATION IN OF CITY DOURADOS – MS

Abstract

This research aimed to reveal what are the vulnerabilities on the fields of health, income generation and safety, of women inhabiting the Estrela Hori aggregation, localized in the city of Dourados – MS. Also sought to detect what Public Policies reach them, how it's the attendance of the policies on the facing of the vulnerabilities and how these policies contribute to a better life quality and, what degree of satisfaction of the women with the Public Policies. The data was collected through the appliance of a semistructered questionnaire on the 96 (ninety six) families that inhabits the Estrela Hori aggregation, of which 69 (sixty nine) answered, generating information about the knowledge that the women have about the Public Policies of women attendance, how occurs this attendance, what are the results of these policies and how it reflects in the community that these women are found. The results obtained with the research demonstrate that the women of this community face difficulties to look for jobs, study and take care of their children, among which 22 (twenty two) families with disabled people. Besides, they face aggravating factors as public services access, that do not exist on the neighborhood (health center, public transportation, security, infrastructure, etc.) a clear demonstration of neglect and absence of the public power, in other words, the denial of the condition of citizen contained in the Brazilian Constitution.

Keywords: Gender. Public Policies. Estrela Hori aggregation.

Referências

BRASIL. Lei n. 9.100/1995. **Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.** Presidência da República. 1995

BRASIL. *Secretaria de Políticas para as Mulheres.* Presidência da República. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

DOURADOS, Mato Grosso do Sul. Prefeitura de Dourados. Decreto n° 362, de 17 de junho de 2013: **Aprova o Plano Municipal de Políticas para Mulheres.** Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/decreto-no-362-2013-aprova-o-plano-municipal-de-politicas-publicas-para-mulheres/>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

FREITAS, Giselle de Lima et al. **Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde.** Revista Eletrônica de Enfermagem.2009;11(2):424-8. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n2/v11n2a26.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

HÖFLING, Heloisa de Mattos. **Estado e Políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, n° 55, novembro/2001. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: Uma perspectiva pós estruturalista.** 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MEYER, Dagmar Estermann. *Gênero e educação: teoria e política.* In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 11-29.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.